

## DESIGUALDADE SOCIAL

Ana Elizabete Mota

A expressão *desigualdade social* designa um fenómeno inerente ao desenvolvimento do capitalismo, cujas determinações históricas situam-se no âmbito da relação dialética e contraditória entre o crescimento da riqueza e a pauperização relativa e absoluta, agudizada ou minimizada em contextos históricos diversos, mas insuprimível na sociedade regida pela apropriação privada da riqueza e a exploração do trabalho, como é o caso da sociedade capitalista.

A síntese analítica apresentada por Karl Polanyi em *A Grande Transformação* (POLANYI, 2021, p. 172), identifica a emergência da pobreza e da fome como fenómenos do século XVI – portanto, vigentes há cinco séculos – e que, por força das lutas de classes, transformaram-se em objeto da intervenção do Estado, através da constituição de direitos sociais e medidas de seguridade social no século XX.

Referindo-se à Inglaterra, berço da revolução industrial clássica, Polanyi sustenta que a emergência da pobreza moderna no século XVI relaciona-se diretamente com o fim do feudalismo, ao transformar a população destituída de terra e meios de sobrevivência “numa classe de trabalhadores livres, que resultou da combinação de uma feroz perseguição à vagabundagem e de um fomento à indústria interna, que recebeu impulso com a expansão contínua do comércio exterior” (POLANYI, 2021, p. 172).

Originalmente objeto de leis *cruéis* e sanguinárias (MARX, 2017, p. 805-813) e de outras medidas afins, como a Lei dos Pobres e a Lei de Speenhamland (POLANYI, 2021, p. 139-170), os cercamentos e a expropriação das terras determinaram o surgimento do que Polanyi conceituou de *nova pobreza*, no contexto da *nova sociedade* que ali emergia: a sociedade burguesa, assentada no modo de produção capitalista.

A partir do século XVII, o pauperismo e a fome, principais expressões da desigualdade social, passam a ser objeto de teorizações dos mais diversos pensadores da época (liberais, socialistas, naturalistas e conservadores), dentre os quais Smith, Townsend, Owen, Ricardo, Proudhon, Burke (POLANYI, p. 171-202), que, ora tratavam a pobreza na perspectiva da assistência aos pobres, ora das causas do seu surgimento e, mesmo com pontos de vista divergentes, defendiam que *os pobres* deveriam trabalhar, convencidos de que “a organização apropriada do trabalho dos desempregados deveria produzir um excedente” (POLANYI, 2021, p. 179), o que viria a ocorrer plenamente no século XIX. Na larga e diferenciada documentação do século XIX, ainda hoje sobressai – pela sua historicidade e pelo seu caráter revolucionário – a obra do jovem F. Engels (ENGELS, 2010), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, cujo capítulo intitulado *Resultados* (Engels, 2010, p. 135-171) descreve em detalhes a penúria e as condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Pensadores como Smith, Ricardo e Burke (POLANYI, 2021, p. 181-201) discorreram amplamente sobre a relação entre trabalho, livre mercado e o significado da pobreza no âmbito do pensamento liberal e conservador, cientes do peso do trabalho na produção da riqueza. Contudo, é no decorrer do século XIX, em face da luta de classes – que a relação entre o livre mercado e a proteção social do Estado –, presente até nossos dias, transformou

a questão da pobreza e do trabalho, numa questão eminentemente política, base do que se designa *questão social*.

Numa outra vertente, Marx (2017), ao empreender a crítica da economia política e contrapor-se aos pensadores referidos na síntese de Polanyi (2021), embora tomando o mesmo ponto de partida, analisou com radicalidade as determinações da emergência dessa pobreza e desigualdade social no clássico capítulo XXIV do Livro 1 d'O *Capital* – “A chamada acumulação primitiva”, considerada por ele o ponto de partida do modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 785; ROSDOLSKY, 2001, p. 209-235). Ao referir-se ao significado da *acumulação primitiva*, ironicamente afirma que ela é o pecado original da economia política, numa alusão à teologia. Assim argumentou:

A lenda do pecado original teológico conta-nos, certamente, como o homem foi condenado a ganhar o pão com o suor do seu rosto; no entanto, a história do pecado original econômico revela-nos por que há gente que não tem necessidade disso [...]. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora a muito tenha deixado de trabalhar (MARX, 2017, p. 785).

Em diálogo crítico com liberais e conservadores que viram no trabalho assalariado da população sobrance e pobre um meio de produzir riqueza privada, Marx considerou que se iniciava ali a subjugação capitalista do trabalhador, uma espécie de mudança de forma da servidão feudal, quando grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (MARX, 2017, p. 787).

Violentemente expropriada da terra e entregue à *vagabundagem*, a população “viu-se obrigada a se submeter por meio de leis grotescas (ah, o direito!) e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao trabalho assalariado”. Assim, estavam postas as condições para “no evoluir da produção capitalista [desenvolver-se] uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si” (MARX, 2017, p. 808). Eis a análise de Marx,

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, *os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica*” (MARX, 2017, p. 788; *itálicos nossos*).

Estava historicamente posto o processo no qual a massa de trabalhadores – ocupados ou sobrantes – passariam a depender da venda da sua força de trabalho para obter os meios de subsistência, organizada agora através do mercado, mediante recebimento de salários. Os trabalhadores, sempre ameaçados pela existência de uma população sobrente, que pressiona para baixo os salários, estariam à mercê do desemprego, da pobreza e da fome.

Esse processo expulsou e expropriou parte da população rural e simultaneamente libertou os trabalhadores para o capital industrial, criando um mercado interno. Os meios de vida – produção de subsistência e trabalho não mercantil – transformam-se em mercadorias e progressivamente os trabalhadores foram alienados dos instrumentos e produtos do trabalho.

Estabelecidas secularmente, as bases materiais e alguns dos traços ideopolíticos do trato da desigualdade social, sob novos conteúdo e forma, podem ser identificados na atualidade: a existência de classes sociais antagônicas, a exploração do trabalho, a produção do valor e a propriedade privada, reproduzindo a relação antagônica e contraditória entre produção da riqueza e desigualdade social, expressa, esta última, na pauperização dos trabalhadores.

É verdade que as sociedades se complexificaram e são muitas as mediações históricas que percorrem o desenvolvimento do capitalismo e a própria configuração da classe trabalhadora, assim como seus meios de luta para enfrentar a desigualdade social e os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. Todavia, é inconteste que, diferentemente do que ocorria nas formações sociais precedentes ao capitalismo, a desigualdade social e a consequente pauperização não *derivam* da penúria generalizada, mas de uma contínua produção de riquezas como é próprio ao modo capitalista de produção.

Na atual quadra histórica, é evidente que a dinâmica do capitalismo adquiriu novas configurações, dentre elas a expansão do processo de financeirização e suas articulações com a base produtiva, gerando a produção de lucros inimagináveis, bem como as expressões objetivas das lutas de classes e da ação do Estado. Processos que adquiriram particularidades nos países centrais e periféricos, ora *atravessados por crises econômicas*, políticas e sociais, *além* das sequelas da crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19, num cenário tornado ainda mais complexo pela emergência da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Assiste-se, em escala mundial, ao brutal recrudescimento das desigualdades sociais, ao lado do desmonte de políticas sociais estruturadoras, conquistadas pelas lutas das classes subalternas.

O Relatório da Oxfam-Brasil, divulgado em maio de 2022 (OXFAM, 2022), destacou o crescimento das desigualdades, afirmando que cerca de 263 milhões de pessoas ingressaram na extrema pobreza em todo o mundo, aumentando a fome e a falta de condições materiais e sociais de existência da população trabalhadora e empobrecida.

Note-se, segundo dados publicados no Relatório, que a fortuna dos bilionários aumentou em 24 meses o montante equivalente a 23 anos. Bilionários dos setores alimentício e de energia aumentaram suas fortunas em um bilhão de dólares a cada dois dias. Surgiram 62 novos bilionários do setor de alimentos e um novo bilionário surgiu a cada 30 horas, em média, durante a pandemia. Ao mesmo tempo em que surgia um novo bilionário, um milhão de pessoas caíam na pobreza extrema.

Como qualquer fenômeno humano-social, a compreensão da desigualdade social requer contextualização histórica: há que situá-la nas condições macrossociais da dinâmica capitalista que regem a produção da riqueza social e os modos de vida da população mundial,

sem descurar das implicações da crise capitalista e da ofensiva neoliberal dessas últimas décadas (MOTA; RODRIGUES, 2020). É possível constatar a existência de imbricações entre as metamorfoses pelas quais passa o capitalismo do século XXI e a emergência de crises sociais, mediadas, dentre outros vetores, pela produção destrutiva da natureza, pelo comércio ilegal da fauna e da flora, pela expropriação da terra para produção de alimentos voltados à subsistência humana e pelo concomitante crescimento da grande propriedade fundiária e do agronegócio, tendências que imprimem características particulares às suas manifestações e meios de enfrentamento em cada região e país.

Embora o discurso dominante impute à pandemia da Covid-19 a principal causa do aumento das desigualdades sociais nos países centrais e periféricos, o fato é que a pandemia do coronavírus não responde pelas contradições do mundo capitalista. Ao contrário, a crise sanitária é potenciada pelas estratégias de enfrentamento da crise do capital levadas a efeito pela grande burguesia, visando reverter a queda da taxa de lucro através de iniciativas que redefinem a divisão internacional do trabalho e instituem renovadas formas de exploração do trabalho (MOTA, 2021, p. 49).

A realidade brasileira – na qual os modos de ser e de viver das classes subalternas carregam marcas de relações sociais (de classes) genericadas, racializadas, superexploradas e socialmente desprotegidas – é herdeira de uma formação social com raízes no sistema colonial, no trabalho escravo e no latifúndio; nela, a modernização capitalista se funda historicamente na dependência e subordinação ao capital imperialista, sob a dominação da autocracia burguesa e a exclusão política e econômica das classes trabalhadoras e subalternas (FERNANDES, 1987).

Na contemporaneidade, essas determinações históricas permanecem vigentes e se espraiam sob expressões diversas, marcadas por inaudita regressividade social, econômica e civilizatória, agravadas pela preexistência de precárias condições infra-estruturais, cortes orçamentários e desmonte de políticas públicas. São décadas de políticas econômicas neoliberais a transformar serviços públicos em mercadorias, incentivando a riqueza corporativa e a evasão fiscal que corroeram o fundo público, os direitos e as condições de vida dos trabalhadores, sob orientações neoliberais e com a emergência de uma nova direita fascista.

Nesse ambiente tóxico, o oportunismo e as estratégias das classes dominantes adquirem fôlego, seja através das ações do Estado, seja através dos aparelhos privados de hegemonia, num quadro de acirradas lutas e enfrentamentos políticos de classes, mediante estratégias coercitivas e consensuais, tanto no nível ideocultural como no dos aparatos repressivos (públicos e privados).

Em face das contradições do capitalismo contemporâneo – cuja avidez pela acumulação da riqueza implica o agravamento da exploração e pauperização das classes trabalhadoras – as classes dominantes *voluntarizam e emergencializam* o enfrentamento da desigualdade social, por fora das políticas sociais estruturadoras e à mercê de ações pontuais, fragmentárias, de fácil uso demagógico e eleitoral (MOTA; RODRIGUES, 2020).

Guardando as devidas distâncias e os contextos históricos, talvez possamos perceber o quanto as classes dominantes têm secularmente creditado à sujeição à fome e à pobreza as alternativas de enfrentamento ao que de fato é a barbarização da vida – elas insistem em que a solução da fome dependerá do suor do trabalho, ainda que não exista oferta de trabalho para os pobres. Quanto aos sobrantes estruturais – mesmo que sejam potenciais usuários do

que ainda resta das políticas públicas de seguridade social –, cabe-lhes socorrer-se dos auxílios e da assistência social voluntária e eventual, numa reedição das medidas liberais que estiveram presentes no alvorecer do capitalismo. Aliás, uma prática minuciosamente narrada por Engels (2010) no capítulo “A atitude da burguesia em face do proletariado” (op. cit., p. 307-328).

Ao teorizar sobre o capitalismo contemporâneo, Harvey (2004) afirma que, no curso do seu desenvolvimento, o capitalismo sela a unidade entre a potenciação da *exploração do trabalho* e a da *espoliação material e social* (da terra, da natureza, do dinheiro e dos direitos e meios de vida da população trabalhadora e subalterna), concluindo que a espoliação social é a marca do “novo imperialismo” (HARVEY, 2004).

Ao considerar essa dinâmica, identificamos uma ressignificação e uma atualização histórica da expressão *desigualdade social* no capitalismo contemporâneo: ora como pobreza, ora como exclusão, ora como fenômeno temporário que pode ser enfrentado com auxílios e políticas compensatórias. Essa ressignificação – teórica e prática – revela a histórica necessidade do capital em reproduzir as desigualdades, porém adotando meios, formas e estratégias que se atualizam, tornando-os compatíveis com a dinâmica capitalista do século XXI (MOTA, 2012; 2018).

Assim, pobreza e desigualdade social adquiriram novas dimensões: surgem modernas formas de expropriações, próprias do capitalismo deste século, com muitas diferenças em relação ao passado (como Marx o descreveu ao tratar da *acumulação primitiva*). Na atualidade, também o Estado das classes dominantes torna-se permeável às expressões da desigualdade social, mas o faz no limite das suas necessidades, donde a recorrência aos programas sociais de transferência de renda, nominados de auxílios, qualificando-as como políticas de assistência aos pobres, objeto da solidariedade moral dos dominantes e até mesmo de outros trabalhadores em relação aos que não conseguem assegurar-se dos meios de sobrevivência.

Estamos defrontados com uma conjuntura que não favorece expectativas otimistas; porém, é inquestionável que a redução da desigualdade social depende da organização e *das lutas das* classes subalternas, demonstrando ser atual a clássica determinação marxiana segundo a qual os homens e as mulheres fazem a história, mas sob condições e relações que não escolhem. Desse fazer história dependerá o enfrentamento político e público da desigualdade social e, no limite, a sua superação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. S. Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: Marx, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, p. 785-833, 2017.
- MOTA, A. E. Questão social, pobreza e Serviço Social: em defesa da perspectiva crítica. In: GOMES, V.L.B.; VIEIRA, A. C.; SOUZA, NASCIMENTO, M. A. C. (Orgs.). O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão. Recife, Editora Universitária da UFPE, p. 25-40, 2012.

- \_\_\_\_\_. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. (Org.). Expropriações e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- \_\_\_\_\_. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro. In: CFESS, Diálogos do cotidiano – Assistente Social. Reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília, CFESS, 2021.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. Revista Katalysis. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, mai./ago., 2020.
- OXFAM-MEDIA-BRIEF-BR. Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-sem-embargo.pdf. 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/>>. Acesso em 21 de jan. de 2023.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens políticas e econômicas da nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, p. 209-235, 2001.